



## Congresso deve votar reforma tributária no primeiro semestre

Acordo fechado entre os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, da Câmara, Rodrigo Maia, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, define o tema como prioridade em 2020

Marcos Brandão/Senado Federal



Para Davi Alcolumbre, é preciso que Senado, Câmara e Poder Executivo busquem uma proposta de consenso sobre o novo sistema tributário brasileiro

**E**m reunião ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Rodrigo Maia, definiram que, no primeiro semestre de 2020, as duas Casas terão como prioridade a votação da reforma tributária.

No encontro, no Ministério da Fazenda, do qual também participaram lideranças partidárias, também ficou acertada a criação de uma comissão mista que deverá aprofundar as discussões e consolidar um texto de consenso em até 90 dias.

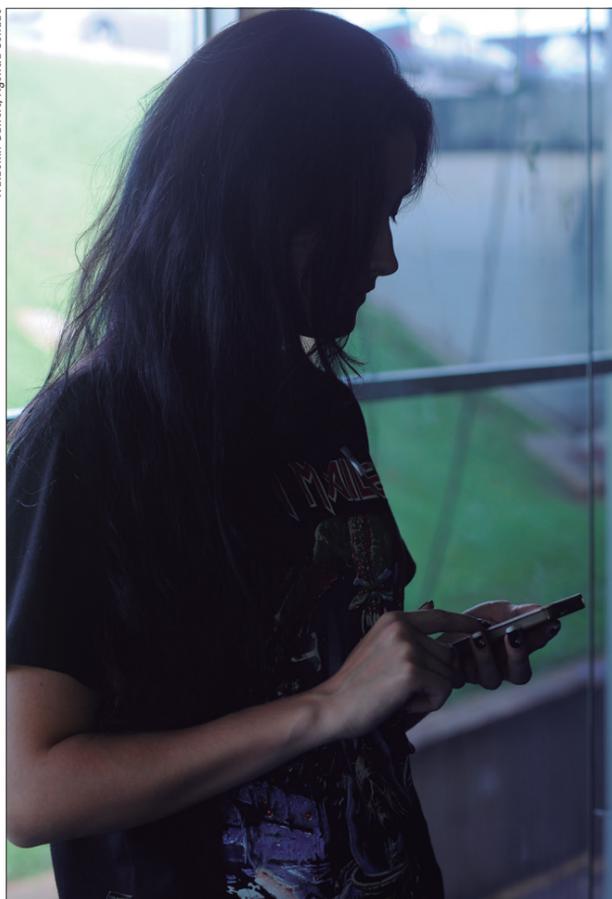
Formado por 15 senadores e 15 deputados, o colegiado será instalado hoje e trabalhará durante o recesso parlamentar. A proposta terá como base dois textos que já tramitam no Congresso. O governo vai encaminhar sugestões. **3**

### Fabricante poderá alertar sobre risco do uso de smartphones

A Comissão de Transparência, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor aprovou proposta do senador Otto Alencar que obriga os fabricantes e as importadoras a advertirem, na embalagem e nos manuais dos aparelhos,

sobre os riscos para a coluna cervical do uso contínuo de smartphones. O texto poderá seguir diretamente para a Câmara, se não houver recurso para que seja analisado pelo Plenário do Senado. Otto Alencar é ortopedista. **4**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Uso excessivo de celular pode provocar problemas na coluna cervical

### Comissão aprova parecer sobre o fundo da educação básica

Parecer de Flávio Arns acatado pela Comissão de Educação recomenda que o Fundeb, que expira no fim de 2020, seja renovado no ano que vem, sob risco de a educação perder sua principal fonte de financiamento. **2**

### Rejeitada obrigação de dar garantia a jogos eletrônicos e softwares

Foi rejeitada em caráter definitivo a proposta que obriga o fornecimento de garantia de um ano para programas de computador e jogos eletrônicos em mídia digital. **4**

### Comissão de Mudanças Climáticas cumpriu objetivos, diz Zequinha **4**

### Ministros devem ser ouvidos sobre comércio agropecuário **4**

### Transferência para estados e municípios é sancionada **2**



Pedro Franco/Agência Senado

O senador falou à imprensa e fez um balanço da atuação do Congresso

### Líder do governo, Bezerra diz que reformas farão país crescer

O senador fez ontem um balanço de 2019 em entrevista a jornalistas. Ele mostrou-se otimista com a recuperação econômica em 2020 e com a possível aprovação de temas importantes pelo Legislativo, já no primeiro semestre, como a

reforma tributária. Segundo ele, a agenda de reformas é boa e as pessoas estão percebendo que é preciso perseverar nas mudanças. Bezerra disse ainda que a PEC da Câmara sobre a prisão em 2ª instância deve ser aprovada em 2020. **3**

# Fundeb é prioridade em 2020, avalia Arns

Segundo a Constituição, o fundo que financia a educação deve ser extinto no final de 2020. Área pode ficar sem financiamento caso o Congresso não aprove uma nova emenda constitucional

A COMISSÃO DE Educação (CE) aprovou na terça-feira o relatório do senador Flávio Arns (Rede-PR) sobre o Fundeb, política pública avaliada pelo colegiado em 2019.

O Fundeb está previsto para vigorar apenas até dezembro de 2020, segundo texto da Constituição. Em seu relatório, Arns sugere que o Parlamento priorize a renovação do Fundeb no ano que vem, sob risco da educação perder sua principal fonte de financiamento.

— O Fundeb responde pela maior parte do investimento público em educação bási-

ca. Corresponde a 63% do montante; 2,3% do PIB brasileiro, um total que chegará a R\$ 156,3 bilhões só em 2019.

Arns ressalta que será preciso aprovar uma nova proposta de emenda à Constituição e depois regulamentar o Fundeb. Ao governo federal, caberá estabelecer as normas infralegais. Se esse processo não acontecer, o fundo deixará de existir em 2021.

O senador Confúcio Moura (MDB-RO) lembrou que o Ministério da Economia já disse ser contra aumentar a participação do governo federal no



Dário Berger, presidente da comissão, cumprimenta Flávio Arns, relator

financiamento do Fundeb. A atual gestão também foi muito criticada por Fabiano Contarato (Rede-ES).

— O governo acabou com a TV Escola e vem cortando

recursos para a educação. O orçamento do MEC para 2020 é 17% menor que em 2019. Este ano o governo executou só 8% do orçamento para a educação infantil, 7% para a

educação profissional e 4% para a educação básica. Temos um presidente que se refere ao educador Paulo Freire, respeitado em todo o mundo, como um ‘energúmeno’. Mas energúmeno é Bolsonaro. Freire continuará sendo estudado por muito tempo, e Bolsonaro, espero, passará rapidamente.

O presidente da CE, senador Dário Berger (MDB-SC), defendeu que o Congresso vincule o novo Fundeb à melhoria da infraestrutura escolar.

— O IBGE mostra que 17,5 mil escolas não têm nem banheiro em suas instalações. Outras 7,5 mil funcionam sem energia elétrica e 47 mil não têm internet — lamentou o senador.

## Comissão de Desenvolvimento Regional fez 15 audiências públicas

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), senador Izalci Lucas (PSDB-DF), destacou a produtividade do colegiado em 2019. Ontem, na última reunião do ano, ele afirmou que a comissão “conseguiu avançar bem”.

Izalci disse que foram 15 audiências públicas, 13 reuniões

deliberativas, 3 encontros para avaliação de políticas públicas, além da deliberação de emendas à Lei Orçamentária de 2020.

Entre as proposições, ele citou que 6 foram aprovadas em caráter terminativo, 6 não terminativas, 115 projetos de lei discutidos e mais de 60 requerimentos.



Izalci Lucas, presidente da CDR, e o senador Plínio Valério em comissão

## Para Lasier, Senado aprovou projetos importantes em 2019

Lasier Martins (Podemos-RS) fez um balanço ontem, em Plenário, das atividades do Senado neste ano. Ele lembrou a aprovação de projetos importantes, como a reforma da Previdência, que, segundo ele, concentrou a maior parte da atenção dos parlamentares. Para 2020, o senador espera que o protejo de sua autoria que possibilita a prisão após decisão em segunda instância seja aprovado. Lasier também ressaltou o trabalho da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, que para ele, tem feito um ótimo trabalho no combate à corrupção.



Roque de Sá/Agência Senado

## Leila Barros faz balanço de seu primeiro ano como senadora

Leila Barros (PSB-DF) disse ontem, ao fazer o balanço de seu mandato, que apresentou 45 proposições legislativas em 2019: 5 propostas de emenda à Constituição, dois projetos de lei complementar, 33 projetos de lei, 3 projetos de resolução e 2 propostas de fiscalização e controle. A senadora afirmou que manteve seu compromisso em defesa das camadas mais carentes da sociedade e também com o combate à corrupção e à impunidade.

— Encerro este ano satisfeita com a minha participação nos grandes debates que transcorreram nesta Casa — disse.



Roque de Sá/Agência Senado

## Luiz do Carmo destaca a aprovação de propostas como nova Previdência

Luiz do Carmo (MDB-GO) afirmou que 2019 foi um ano histórico, com a aprovação de projetos importantes, como a reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103), o pacote anticrime (PL 6.341/2019) e o da distribuição, com estados e municípios, dos valores obtidos com o leilão do pré-sal, a chamada cessão onerosa (PL 5.478/2019).

— Este governo não pode dar errado. Se der errado, o Brasil vai sofrer. Então, no ano que vem, 2020, nós temos que trabalhar, independente do que o presidente está fazendo ou não.



Roque de Sá/Agência Senado

## Izalci: resultado do Pisa é consequência de ensino obsoleto

Izalci Lucas (PSDB-DF) demonstrou preocupação com o resultado do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

De acordo com o Pisa 2018, 68% dos estudantes de 15 anos não sabem o básico de matemática; 55,3% apresentam baixo desempenho em ciências e 50,1% têm baixo desempenho em leitura, afirmou o senador.

— Cabe-nos a responsabilidade de resolver esse problema e, para isso, é necessário que conheçamos as suas origens: o método de ensino K-12, criado no século 19 — disse.

## Sancionada transferência para estados e municípios

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou ontem a liberação de R\$ 5,77 bilhões para os estados e municípios. O valor servirá de reforço à distribuição dos recursos arrecadados com o leilão da cessão onerosa do pré-sal. A Lei 13.956 é decorrente do PLN 50/2019, aprovado pelo Congresso na semana passada.

O leilão da cessão onerosa arrecadou cerca de R\$ 40 bilhões a menos do que as expectativas, o que resultará num aporte menor para estados e municípios do que se previa anteriormente.

De acordo com os termos da divisão dos recursos, os entes da Federação receberão, no final do ano, 30% da parcela reservada à União. Essa parcela é o valor arrecadado no leilão menos R\$ 34 bilhões, que serão destinados à Petrobras a título de compensação porque áreas sob direito de exploração da estatal foram licitadas.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Érica Ceolin  
**Coordenadora-geral:** Luciana Rodrigues  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Marcos Brindley/Agência Senado



Líderes definiram que texto terá como base duas propostas em tramitação no Congresso e sugestões do governo

## Reforma tributária deverá ser votada no 1º semestre

Congresso e governo fecharam acordo para a criação de uma comissão mista que deverá aprofundar as discussões em torno de novas regras tributárias e consolidar um texto de consenso em até 90 dias

A PRIORIDADE DO Congresso para o próximo ano já está definida: será a reforma tributária. E a expectativa é ver o texto aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado e promulgado ainda no primeiro semestre de 2020. Em reunião no Ministério da Economia, os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, da Câmara, Rodrigo Maia, e o chefe da pasta, Paulo Guedes, selaram ontem um acordo com lideranças partidárias para a criação de uma comissão mista que deverá aprofundar as discussões e consolidar um texto de consenso em até 90 dias.

O prazo começa a contar hoje, quando será instalado o colegiado. A comissão, que deverá trabalhar durante o recesso parlamentar, contará com 15 deputados e 15 senadores. O texto a ser construído terá como base duas propostas que já estão em tramitação no Congresso: a PEC 45/2019 (na Câmara) e a PEC 110/2019 (no Senado). O governo vai encaminhar sugestões. Davi

ressaltou a conciliação em torno de uma proposta única.

— Não adiantava termos uma proposta na Câmara e uma no Senado sem a participação efetiva do governo. A palavra é conciliação. Uma conciliação da Câmara, do Senado e do Poder Executivo para entregarmos para a sociedade brasileira uma proposta que faça com que os empreendedores e a população se vejam contemplados — disse.

Para Davi, um novo sistema tributário, menos burocrático, é um antigo anseio da sociedade.

Para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a criação da comissão neste momento abre caminho para votação da proposta após o carnaval.

— É importante termos ainda no primeiro semestre um novo sistema tributário, que caminhe para a redução da tributação sobre o consumo, que no Brasil é desproporcional e contra os brasileiros mais simples. Um sistema que possa reorganizar a tributação da renda para tributar quem

tem mais recursos para pagar.

O senador Roberto Rocha (MDB-MA) vai presidir a comissão. O relator será o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Ambos afirmaram que os textos guardam semelhanças e contemplam indicações do governo. O trabalho agora, segundo Rocha, será compilar as propostas e analisar as emendas e sugestões dos parlamentares. Na avaliação de Aguinaldo, talvez seja possível finalizar um texto antes do prazo final definido.

As propostas apresentam alternativas para eliminar as distorções do complexo sistema de tributação brasileiro, com a extinção de vários tributos sobre bens e serviços e a substituição por um imposto sobre valor agregado (IVA). O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que a princípio não deve haver discussão sobre um tributo como a CPMF.

— Todos estão desafiados a encontrar uma solução sem um imposto sobre transações.

## Para líder do governo, novas normas impulsionarão economia

Ao reunir a imprensa ontem para fazer um balanço do primeiro ano da legislatura, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), mostrou-se otimista com a recuperação econômica do país no ano que vem e com a aprovação de temas importantes pelo Legislativo, já no primeiro semestre, como a reforma tributária.

Ele afirmou que a agenda de reformas é boa e que as pessoas estão se identificando e percebendo que é importante fazer o dever de casa e perseverar nas mudanças.

— A economia já está crescendo, gerando emprego, então a agenda é boa. Chegando aqui em fevereiro, se a economia estiver no gás que estamos vendo, o Congresso vai querer acelerar ainda mais. O fato concreto é que o Brasil dá sinais muito fortes de que teremos crescimento entre 2% e 3% no ano que vem. Isso, para quem passou cinco anos com crescimento

negativo ou de apenas 1%, é outra realidade.

O senador citou reunião realizada também ontem entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, e os líderes do Congresso.

— As principais lideranças reunidas para dizer que vão apoiar a reforma tributária é algo muito importante. Vai ser aprovado tudo que o governo quer? Certamente não, mas o rumo está colocado. Vamos ter um novo sistema tributário até o fim do ano que vem. E todos vão começar a se animar porque a reforma traz simplificação e redução de alíquota, o que será outro motor de animação da economia.

O líder do governo fez ainda um balanço positivo do ano e lembrou que o Congresso aprovou as principais propostas de reformas do Executivo, como a da Previdência, a reestruturação da carreira militar e o pacote anticrime.

## Bezerra acredita que prisão após 2ª instância será resolvida em 2020

Na mesma entrevista ontem, Fernando Bezerra Coelho disse que a questão envolvendo a prisão após condenação em segunda instância pode ser resolvida até o fim do primeiro semestre do ano que vem.

— A certeza que todo mundo tem é que a questão vai ser definida e acredito que vai ser via proposta de emenda à Constituição, que é a escolha que o Congresso Nacional está fazendo. A Câmara dos Deputados vota até o fim de

abril, e o Senado pode votar rapidamente logo depois. Portanto, até o fim de junho, teremos uma solução para o problema.

Bezerra lembrou que 51 senadores apoiaram a ideia de o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, pautar o PLS 166/2018, de Lasier Martins (Podemos-RS), somente depois que a Câmara decidir sobre a PEC 199/2019, já que ambos tratam de temas semelhantes.

### Jayme Campos faz balanço de sua atuação no ano

Jayme Campos (DEM-MT) fez ontem um balanço da sua atuação no Senado em 2019 e disse que apresentou 25 propostas, entre elas sua contribuição à PEC Paralela da Previdência (PEC 133/2019), ao inserir o Benefício Universal Infantil, que, segundo ele, tem potencial para reduzir em mais de 30% a pobreza entre as crianças. O senador também citou o PL 3.971/2019, que assegura a prioridade no Orçamento para a liberação de recursos para a construção de creches.



Roque de Sá/Agência Senado

### Zequinha pede solução para dívida de igrejas na Receita

Zequinha Marinho (PSC-PA) disse esperar que o presidente Jair Bolsonaro encontre uma saída para o débito tributário de entidades religiosas com a Receita Federal. O senador mencionou reportagem da *Folha de S.Paulo* segundo a qual há uma dívida fiscal de R\$ 460 milhões de igrejas e entidades sem fins lucrativos. Segundo o senador, as igrejas evangélicas respondem por 80% desse débito e a igreja católica, por 18%.

— Ainda teremos muita dor de cabeça com relação a isso daqui para frente, até que a gente consiga anular, cancelar essas multas — afirmou o senador.

### Congresso deve fazer reforma tributária, defende Confúcio

Confúcio Moura (MDB-RO) disse ontem que o Congresso tem responsabilidade e competência para continuar conduzindo as reformas estruturantes que têm produzido efeitos práticos na vida do cidadão. Ele citou como exemplo a reforma tributária, que na sua avaliação, precisa ser encarada para resolver as questões disfuncionais e facilitar a vida das pessoas. O senador destacou que há perspectiva de crescimento econômico em 2020, com atração de investimentos e geração de empregos.



Roque de Sá/Agência Senado

### Marcos Rogério sugere capacitação para policiais

Marcos Rogério (DEM-RO) afirmou ontem em Plenário que a solução do problema da insegurança vai além da aprovação de leis de combate à criminalidade, a exemplo do recentemente aprovado pacote anticrime (PL 6.341/2019). Na opinião dele, é preciso valorizar e capacitar os policiais, garantir a segurança deles, para que possam atuar adequadamente, e investir em inteligência, para que sejam alcançados índices maiores de elucidação de crimes, hoje muito baixos.



Roque de Sá/Agência Senado

### Rodrigues: avanços de 2019 devem-se aos Três Poderes

Em discurso no Plenário ontem, Chico Rodrigues (DEM-RR) destacou o trabalho conjunto dos Três Poderes neste ano. Na opinião dele, as conquistas e os avanços em 2019 são fruto dessa harmonia. O senador ainda lembrou a aprovação da reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103). Para ele, poucos acreditavam que o Congresso conseguiria se dedicar e alcançar êxito. Para o próximo ano, Chico Rodrigues espera a aprovação da proposta de reforma tributária.



Roque de Sá/Agência Senado

# Vai à Câmara alerta sobre risco de celular para coluna

Projeto aprovado terça-feira em comissão determina que embalagens de smartphones contendam advertência com o texto: "Use com moderação. O uso excessivo prejudica a coluna cervical"

UM PROJETO QUE obriga os fabricantes e as importadoras a advertirem sobre os riscos do uso contínuo de telefones portáteis (tipo smartphones) para a coluna cervical foi aprovado terça-feira pela Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O PLS 55/2018 poderá seguir para a Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário.

O autor, senador Otto Alencar (PSD-BA), que é médico ortopedista e ex-professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), considera a proposição imprescindível para alertar os usuários sobre os riscos da utilização excessiva desses aparelhos e sobre as formas de evitar possíveis danos à saúde.

A advertência recomendada deverá ser impressa de forma

legível, ostensivamente destacada e ocupar 10% da área da face frontal da embalagem. Também deverá ser incluída nos manuais de instruções, guias do usuário e documentos semelhantes, impressos ou eletrônicos, juntamente com as orientações sobre o uso seguro do equipamento, a postura correta para sua

utilização e outras medidas de prevenção.

O relator na CTFC, senador Angelo Coronel (PSD-BA), apresentou relatório favorável ao projeto, com emenda de redação. Segundo o senador, o texto de advertência dos rótulos deve ser: "Use com moderação. O uso excessivo prejudica a coluna cervical".



O autor, Otto Alencar, é médico ortopedista e ex-professor da UFBA

# Rejeitada garantia para jogos e programas de computador

Foi rejeitado em caráter definitivo na terça-feira o PLC 174/2017, que pretendia obrigar o fornecimento de garantia de um ano para programas de computador e jogos eletrônicos em mídia digital — como DVD, CD e USB flash drive — adquiridos pelos consumidores. O parecer pela rejeição já havia passado na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e agora foi acatado pela

Comissão de Transparência, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O relatório de Marcio Bittar (MDB-AC) foi lido na CTFC por Major Olimpio (PSL-SP). Ele considerou a perda de relevância da proposta, observando que a evolução tecnológica mudou o mercado de programas e de jogos eletrônicos, e que hoje não se depende mais da mídia na forma física.

# Colegiado quer ouvir ministros sobre exportação agropecuária

Em reunião na terça-feira destinada a apreciar o relatório de avaliação da política pública sobre comércio internacional agropecuário, a Comissão de Agricultura (CRA) decidiu suspender a votação do parecer do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) até que os ministros da Economia e da Agricultura forneçam mais esclarecimentos sobre o tema.

O relatório trata da evolução do agronegócio na balança comercial e da participação do Brasil no conjunto das exportações e importações mundiais de produtos agropecuários e agroindustriais,

além de analisar as políticas de apoio às exportações. Heinze chamou a atenção para a relevância da exportação de produtos primários brasileiros, o que impõe o desafio de buscar formas de agregar valor pela industrialização.

Sobre a análise de política pública, ele entende que faltou à CRA avaliar melhor os instrumentos de política de apoio ao comércio internacional agropecuário, motivo pelo qual apresentou requerimentos de informação — aprovados pela comissão — aos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Agricultura, Tereza Cristina.

# Comissão sobre clima cumpriu objetivos, diz Zequinha

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas aprovou o Relatório Anual das Atividades de 2019. Para o presidente do colegiado, senador Zequinha Marinho (PSC-PA), foram cumpridos todos os objetivos para este ano, na medida em que os parlamentares puderam ouvir diversas opiniões e ser "uma caixa de ressonância da sociedade".

— Acredito que a gente tenha conseguido alcançar nossos objetivos: discutir com grande parte daqueles que entendem com amplitude e profundidade o tema das mudanças climáticas, fazer comparações, ouvir gente que defende de



Zequinha Marinho fez um balanço do ano na comissão que preside

um extremo ao outro, e fazer recomendações, por meio do do relatório, ao governo federal e ao Congresso também.

O relator da comissão, deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), destacou a realização de audi-

ências que debateram temas como o monitoramento e o combate das queimadas e do desmatamento na Amazônia, a regularização fundiária, o Fundo Amazônia, a bioeconomia e o mercado de carbono. Ele ressaltou a participação de membros da comissão na 25ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP-25), no início de dezembro, na Espanha.

A comissão ainda fez uma indicação ao Poder Judiciário para a realização de um mutirão para julgamento das ações civis públicas instauradas contra os responsáveis por desmatamentos ilegais.



Luis Carlos Heinze (D) pede mais informações sobre comércio exterior

## Paulo Albuquerque elogia Lucas Barreto e Davi Alcolumbre

Paulo Albuquerque (PSD-AP) elogiou os esforços do senador Lucas Barreto (PSD-AP), do qual é o suplente, para implantar a BR-156, que liga Macapá ao Oiapoque, no extremo norte do Amapá.

Ele também defendeu a PEC que aumenta o percentual a ser recebido do Fundo de Participação dos Estados (FPE) de 21,5% para 26% e elogiou a atuação do presidente do senado, Davi Alcolumbre, seu conterrâneo.

— Um amapaense que preside esta Casa com muita sabedoria, equilíbrio e respeito a todos os senadores.



Roque de Sá/Agência Senado

## Wellington destaca votação da reforma da Previdência em 2019

Wellington Fagundes (PL-MT) registrou ontem, em Plenário, um resumo do ano legislativo. Enfatizou o papel do Congresso Nacional, que aprovou pautas estruturantes para o equilíbrio das contas públicas, a geração de emprego e a retomada do crescimento econômico. Destacou, entre as votações mais importantes de 2019, a da reforma da Previdência.

— Foi uma reforma necessária para adequar o Brasil à realidade dos tempos, cujos resultados esperamos que sejam convertidos em mais investimentos.



Roque de Sá/Agência Senado

## Marcos do Val justifica apoio a PEC da Segunda Instância

Marcos do Val (Podemos-ES) destacou a segurança pública como o tema principal do seu primeiro ano de mandato. No Plenário, o senador também revelou que assinou erroneamente requerimento para priorizar a PEC da Segunda Instância, em tramitação na Câmara (PEC 199/2019), em detrimento da tramitação do projeto sobre o mesmo assunto que está no Senado (PLS 166/2018).

— Estou aqui pedindo desculpas aos meus conterrâneos, aos brasileiros, por ter cometido essa falha.



Roque de Sá/Agência Senado

## Nelsinho registra a liberação de recursos para área da saúde

Nelsinho Trad (PSD-MS) registrou ontem em Plenário a habilitação, pelo Ministério da Saúde, de novos serviços de alta e média complexidade ambulatorial e hospitalar, além de anúncio de investimentos para as santas casas, para estados, estados e municípios, com a liberação de recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão. Além disso, afirmou o senador, foi assinado acordo de cooperação técnica com a Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib) que beneficiará o Mato Grosso do Sul.



Roque de Sá/Agência Senado

## Ano foi produtivo, afirma Rodrigo Pacheco em balanço

Em balanço das atividades parlamentares, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) disse que 2019 foi produtivo. O senador destacou alguns projetos que considera importantes, como a reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103).

— Na discussão da reforma da Previdência, apresentei a única emenda acolhida pelo relator, senador Tasso Jereissati. A emenda teve o objetivo de corrigir uma distorção do texto vindo da Câmara que prejudicaria carreiras do funcionalismo público ingressos até 2003.



Roque de Sá/Agência Senado